OBSERVARE
Universidade Autónoma de Lisboa
e-ISSN: 1647-7251
VOL. 17, N.º 2
Novembro 2026-Abril 2027

JANUS.NET
e-journal of International Relations

RECENSÃO CRÍTICA

MAYER, JORGE (2026). À ESPERA DA ESPERANÇA? EDITORIAL AO, 160 PP.

HÉLIA BRACONS
helia.bracons@ulusofona.pt
Doutora em Serviço Social, Professora Associada do Instituto de Serviço Social da Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa e Diretora da Licenciatura em Serviço Social. É Subcoordenadora do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes da mesma instituição. Desenvolve investigação e intervenção nas áreas da interculturalidade, diversidade cultural, migrações, inclusão e mentoria no ensino superior. É investigadora integrada do LusoGlobe e colaboradora do CeiED.
https://orcid.org/0000-0002-5363-4897

Introdução

Falar de pessoas refugiadas é falar de histórias interrompidas, famílias separadas, perdas, resistência e resiliência, mas também da procura de um lugar onde seja possível reconstruir a vida em segurança e com dignidade. É, igualmente, refletir sobre direitos humanos, desigualdades, solidariedade e responsabilidade coletiva perante aqueles que, por diferentes circunstâncias, foram obrigados a abandonar os seus territórios de origem.

É neste contexto que se situa a obra *À espera da esperança?*, de Jorge Mayer (2026), um livro que nos aproxima da realidade do campo de refugiados de *Kakuma*, no Quénia, através de experiências pessoais e profissionais profundamente marcadas pelo contacto com pessoas em situação de deslocação forçada.

Mais do que descrever as condições de vida num campo de refugiados, a obra procura dar visibilidade às pessoas, aos seus percursos, dificuldades e capacidades de resistência perante circunstâncias particularmente adversas. Através de três conversas, nas quais se cruzam experiências, testemunhos e reflexões, o leitor é convidado a conhecer uma realidade que, frequentemente, nos chega através de notícias, números e imagens de conflitos internacionais.

A leitura revela-se particularmente pertinente para a compreensão das migrações, do refúgio e dos direitos humanos, ao evidenciar que a deslocação forçada não se limita à perda de um território. Envolve também a rutura de referências, a reorganização das relações familiares, a reconstrução de identidades e a procura de novas formas de pertença.

No prefácio, Luís Faria contextualiza esta problemática, convidando-nos a olhar para as pessoas refugiadas e deslocadas que fogem de guerras, perseguições e catástrofes naturais, procurando proteção e oportunidades para reconstruir o futuro. A sua reflexão destaca, igualmente, o valor estratégico das migrações para o futuro do mundo (p. 9).

Com uma estrutura simples e uma linguagem acessível, a obra interroga o significado de viver entre refugiados e o sentido de um lugar designado como «nenhures». Apresenta, posteriormente, três conversas que permitem compreender diferentes dimensões da experiência humanitária, articulando questões geopolíticas, familiares, culturais e espirituais. São testemunhos que revelam as marcas da adversidade, mas também a persistência da esperança.

Conversas sobre viver entre refugiados

Jorge Mayer apresenta *Kakuma* como expressão de uma das contradições da proteção humanitária: estruturas concebidas para responder a situações de emergência podem transformar-se em lugares de permanência prolongada. Criado em 1992 para acolher populações que fugiam dos conflitos no Sudão, o campo passou a receber pessoas provenientes de diferentes países africanos.

A sua trajetória evidencia a distância entre a natureza temporária das respostas humanitárias e a duração efetiva das situações de refúgio. Embora a assistência assegure necessidades fundamentais, não garante, por si só, condições para reconstruir uma vida autónoma.

A espera ultrapassa a dimensão temporal. Interfere na educação, no trabalho, nas relações familiares e nas expectativas de futuro. A perda do território de origem acompanha-se frequentemente da fragilização dos vínculos sociais e das referências quotidianas. Reconstruir a vida implica, por isso, mais do que encontrar abrigo e proteção: exige recuperar relações, oportunidades e capacidade de decisão.

Embora centrados no contexto português, Rodrigues e Bracons (2026, p. 12) apresentam uma reflexão pertinente para esta análise ao afirmarem que «Ser migrante, por si só, não implica vulnerabilidade». Esta perspetiva permite compreender que as situações de vulnerabilidade não resultam necessariamente da condição migratória, mas podem ser produzidas ou agravadas pelas desigualdades sociais, pelas barreiras institucionais e pelas condições de acolhimento. Sem equiparar a realidade das migrações em Portugal à experiência do refúgio em *Kakuma*, importa reconhecer que a proteção efetiva depende não apenas da resposta às necessidades imediatas, mas também da criação de oportunidades de participação, autonomia e exercício de direitos.

A diversidade cultural presente em *Kakuma* constitui outro elemento relevante. Diferentes línguas, religiões, identidades e trajetórias coexistem num mesmo espaço, sem que essa proximidade assegure necessariamente o diálogo ou a compreensão mútua. A intervenção intercultural exige, assim, atenção às diferenças, mas também às desigualdades, às relações de poder e às experiências de violência que atravessam a vida das pessoas refugiadas.

Onde é «nenhures»?

Ao apresentar a origem e a evolução de *Kakuma* (pp. 15–18), Mayer situa o leitor perante uma realidade em que a proteção humanitária convive com a precariedade e a incerteza. Particularmente expressiva é a referência ao significado de *Kakuma*, apresentado na obra como «nenhures».

Esta designação adquire uma dimensão simbólica que ultrapassa a localização geográfica. Remete para a experiência de quem se encontra afastado do seu território, das suas referências e, frequentemente, da possibilidade de decidir sobre o próprio futuro.

O campo constitui, simultaneamente, um espaço de proteção e um lugar de espera. Esta ambivalência convida a questionar os limites de respostas humanitárias que, embora indispensáveis à sobrevivência, nem sempre se traduzem em soluções duradouras.

Numa perspetiva dos direitos humanos, proteger não significa apenas assegurar condições mínimas de existência. Implica reconhecer a dignidade de cada pessoa, valorizar os seus conhecimentos e experiências e criar possibilidades concretas de participação e construção de um projeto de vida.

Três conversas
Ver a guerra, os refugiados e a geopolítica

A conversa com a jornalista Cândida Pinto relaciona a experiência do refúgio com os conflitos internacionais, os interesses geoestratégicos e a responsabilidade da comunicação social.

A reflexão sobre a guerra na Síria evidencia como a visibilidade do sofrimento humano pode depender da natureza dos acontecimentos, da cobertura mediática e dos interesses políticos envolvidos. A condenação da utilização de armas químicas, embora indispensável, não deve obscurecer o sofrimento provocado por outras formas de violência.

Esta abordagem convida a questionar a desigual atenção atribuída às vítimas dos conflitos e a reconhecer que a dignidade humana não pode depender da localização geográfica, da visibilidade mediática ou dos instrumentos utilizados para provocar a morte.

A narrativa suscita ainda uma reflexão sobre o papel do jornalismo na representação do sofrimento. Comunicar a realidade das pessoas refugiadas implica ultrapassar a exposição de imagens dramáticas e procurar compreender os contextos, as experiências e as consequências humanas dos conflitos.

A obra recorda-nos, assim, que conhecer acontecimentos relacionados com o refúgio não significa necessariamente conhecer as interpretações que as próprias pessoas refugiadas fazem das suas experiências.

Viver num campo de refugiados nos seus aspetos pessoais e da família

A conversa com Maria João Mayer Branco, doutorada em Filosofia, introduz uma dimensão mais pessoal e relacional da vida num campo de refugiados.

Os afetos, as relações familiares, as diferenças culturais e o sentimento de pertença permitem compreender que a experiência do refúgio não se esgota na satisfação de necessidades materiais.

Particularmente relevante é a reflexão sobre a possibilidade de construir relações de proximidade e amizade em contextos profundamente marcados pela desigualdade. Os testemunhos demonstram que a intervenção humanitária não se reduz à execução de projetos ou à disponibilização de recursos. Envolve também a capacidade de escutar, compreender e estabelecer vínculos de confiança.

A consciência das diferenças entre as condições de vida dos profissionais humanitários e as das populações refugiadas introduz uma importante interrogação ética sobre os privilégios, as relações de poder e as motivações da ajuda.

A proximidade humana não elimina as desigualdades, mas pode contribuir para evitar que a intervenção se transforme numa relação distante ou paternalista. A solidariedade adquire maior significado quando reconhece o outro como sujeito de direitos, com conhecimentos, experiências e capacidade de decisão.

Nas páginas 64 e 65, a reflexão sobre a fé, Deus e o sentido da existência acrescenta uma dimensão filosófica e humanista à narrativa. A afirmação «A vida só faz sentido com os outros» sintetiza uma ideia particularmente expressiva: a existência humana constrói-se na relação, na partilha e no reconhecimento da humanidade comum.

Esta perspetiva assume especial significado perante a experiência do refúgio, frequentemente marcada pela perda de vínculos familiares, comunitários e territoriais. A esperança não se alimenta apenas da expectativa de um futuro melhor, mas também da presença, do cuidado e da possibilidade de estabelecer novas relações.

A obra convida-nos, deste modo, a reconhecer que a dignidade humana se afirma não apenas nas condições materiais de existência, mas também na reciprocidade, na pertença e no reconhecimento do outro.

Partir em missão. E onde anda Deus num campo de refugiados?

A conversa com o Padre Luís Ferreira do Amaral introduz uma reflexão sobre a fé, o sofrimento e o sentido da presença humana em contextos de extrema adversidade.

A interrogação sobre o lugar de Deus num campo de refugiados ultrapassa a dimensão estritamente religiosa, convocando questões sobre a responsabilidade, a solidariedade e o compromisso perante o sofrimento humano.

Particularmente significativa é a conceção de Deus que emerge do diálogo: não uma entidade distante, que transforma a realidade independentemente da ação humana, mas uma presença que se manifesta através das pessoas, da sua disponibilidade para ajudar e do compromisso com aqueles que sofrem.

A fé surge, assim, como uma possível fonte de sentido, resistência e esperança, sem substituir a necessidade de respostas políticas, sociais e institucionais.

Os relatos de pessoas que, apesar das perdas, da violência e das experiências traumáticas, preservam a capacidade de sorrir e acreditar na vida constituem momentos especialmente marcantes da obra. Revelam a força humana perante a adversidade, sem que essa capacidade de resistência deva servir para minimizar o sofrimento ou naturalizar a privação.

A reflexão permite compreender que a esperança pode persistir mesmo quando as circunstâncias parecem negar qualquer possibilidade de futuro.

Para o Serviço Social, esta dimensão assume particular relevância. A intervenção deve reconhecer a diversidade das convicções religiosas e espirituais, respeitar a liberdade de consciência e valorizar os recursos pessoais e comunitários, sem substituir os direitos pela generosidade ou pela assistência.

A solidariedade ganha consistência quando se traduz em reconhecimento, participação e transformação das condições que produzem sofrimento e exclusão.

Como surgiu e o que foi o projeto em Kakuma?

O anexo dedicado ao projeto desenvolvido em *Kakuma* apresenta a dimensão prática da cooperação humanitária.

A parceria entre a EDP e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, iniciada em 2009, integra soluções relacionadas com a energia e o ambiente, nomeadamente através da utilização de energia solar.

Esta experiência permite compreender como as decisões técnicas e as infraestruturas podem influenciar diretamente as condições de vida das comunidades, libertando recursos e contribuindo para responder a necessidades quotidianas.

Contudo, a apresentação do projeto suscita também questões relevantes: de que forma participaram as populações na identificação das prioridades? Que condições asseguram a continuidade dos benefícios? Como são valorizadas as capacidades e os conhecimentos locais?

A cooperação humanitária não deve ser avaliada apenas pelos recursos disponibilizados ou pelos resultados técnicos alcançados, mas também pela sua capacidade de fortalecer a autonomia, promover a participação e criar oportunidades duradouras.

Reflexões finais

A principal qualidade de *À espera da esperança?* reside na capacidade de aproximar o leitor de uma realidade distante, através de uma linguagem acessível e de testemunhos que articulam diferentes dimensões da experiência humana.

A conjugação entre geopolítica, vida familiar, diversidade cultural, espiritualidade e cooperação humanitária permite compreender que o refúgio não constitui uma realidade única ou homogénea. Cada pessoa transporta consigo uma história, uma identidade, relações, perdas e expectativas que não podem ser reduzidas à condição de refugiado.

A obra apresenta, contudo, uma limitação que importa reconhecer: as conversas privilegiam as perspetivas de pessoas que observaram, acompanharam ou intervieram naquela realidade, sendo menos evidente a presença direta das vozes das próprias pessoas refugiadas. A inclusão dessas narrativas poderia aprofundar a compreensão das suas experiências, necessidades e formas de interpretar o mundo.

Esta observação não diminui o valor dos testemunhos apresentados, mas reforça a importância de reconhecer as pessoas refugiadas como protagonistas das suas histórias e não apenas como destinatárias de proteção ou assistência.

A leitura suscita igualmente uma reflexão sobre os limites da solidariedade quando não é acompanhada por políticas públicas, garantias de direitos e oportunidades concretas de participação. A ajuda humanitária é indispensável, mas não pode constituir uma resposta permanente à ausência de soluções duradouras.

É nesta tensão entre proteção e autonomia, assistência e reconhecimento, sofrimento e esperança que a obra encontra particular relevância.

A partir de uma perspetiva humanista e intercultural, o livro convida-nos a olhar para além dos números e das imagens que habitualmente representam as crises humanitárias, reconhecendo as pessoas na sua singularidade e na sua capacidade de reconstruir percursos de vida.

Em síntese, *À espera da esperança?* é uma obra que nos interpela sobre o significado de proteger, acolher e reconhecer o outro. Recorda-nos que a esperança não se esgota na sobrevivência, nem pode permanecer indefinidamente suspensa numa promessa de futuro. Constrói-se nas relações humanas, no reconhecimento da dignidade, na solidariedade e na possibilidade de participar nas decisões que dão sentido à existência.

Talvez a maior interrogação que esta leitura nos deixa não seja apenas saber como vivem aqueles que esperam, mas compreender o que fazemos, individual e coletivamente, para que a esperança deixe de ser uma espera e se transforme numa possibilidade real de vida.

Referências

Mayer, J. (2026). À espera da esperança? Editorial AO.

Rodrigues, J., & Bracons, H. (2026). Migração em Portugal: Desigualdades, integração e o papel do Serviço Social. *E-Revista de Estudos Interculturais do CEI-ISCAP*, 14. https://www.iscap.pt/cei/e-rei/en/n14.html

Como citar esta recensão crítica
Bracons, Hélia (2026). Mayer, Jorge (2026). À Espera Da Esperança? Editorial AO, 160 Pp.. *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL. 17, Nº. 2, Novembro 2026-Abril 2027, pp. 789-794. DOI https://doi.org/10.26619/1647-7251.17.01.2